

Demonstrações Financeiras

Ecoporto Santos S.A.

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Ecoporto Santos S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Ecoporto Santos S.A.
Santos - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ecoporto Santos S.A (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.




Building a better
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 3 de março de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Ecoporto Santos S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.111	13.256
Clientes	7	8.805	10.616
Almojarifado		757	1.178
Tributos a recuperar	8	428	639
Despesas antecipadas	9	13.830	2.408
Partes relacionadas	17	151	300
Ativo financeiro - CODESP	1	789	542
Outras contas a receber		2.714	4.002
Total do ativo circulante		28.585	32.941
Não circulante			
Títulos e valores mobiliários		728	684
Tributos diferidos	13.a	230.057	430.164
Ativo financeiro - CODESP	1	8.322	9.198
Outras contas a receber		-	1.910
Depósitos judiciais	10	79.883	79.943
Imobilizado	11	348.164	361.545
Intangível	12	8.782	11.435
Total do ativo não circulante		675.936	894.879
Total do ativo		704.521	927.820

	Nota	31/12/2016	31/12/2015
	explicativa		
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		6.099	13.169
Empréstimos e financiamentos	15	103.122	5.409
Debêntures	16	150.049	127.987
Partes relacionadas - fornecedores	17	11.799	10.733
Impostos, taxas e contribuições a recolher	14	1.446	2.392
Obrigações sociais e trabalhistas	19	3.186	4.440
Obrigações com poder concedente	18	891	383
Outras contas a pagar		2.964	3.237
Total do passivo circulante		279.556	167.750
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	15	4.703	121.709
Debêntures	16	239.374	358.734
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	20	95.544	87.383
Partes relacionadas - mútuo	17	39.781	35.585
Outras contas a pagar		55	2.451
Total do passivo não circulante		379.457	605.862
Patrimônio líquido			
Capital social	21.a	470.614	268.614
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	21.d	1.484	1.156
Prejuízos acumulados		(426.590)	(115.562)
Total do patrimônio líquido		45.508	154.208
Total do passivo e patrimônio líquido		704.521	927.820

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ecoporto Santos S.A.

Demonstração do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	22	138.944	208.183
Custo dos serviços prestados	23	(145.278)	(194.399)
Lucro (Prejuízo) bruto		(6.334)	13.784
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas operacionais	23	(47.999)	(50.908)
Outras receitas (despesas), líquidas		216	1.178
		(47.783)	(49.730)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(54.117)	(35.946)
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	24	40.290	23.311
Despesas financeiras	24	(97.082)	(143.275)
		(56.792)	(119.964)
Prejuízo operacional antes do imposto de Renda e da contribuição social		(110.909)	(155.910)
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	13.b	(12)	-
Diferidos	13.b	(200.107)	50.124
		(200.119)	50.124
Prejuízo líquido do exercício		(311.028)	(105.786)
Prejuízo líquido por ação (em R\$) - básico e diluído	25	(0,62)	(1,38)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ecoporto Santos S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício	(311.028)	(105.786)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(311.028)</u>	<u>(105.786)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ecoporto Santos S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital Social Subscrito	Reserva de capital Plano de opção com base em ações	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		36.000	636	(9.776)	26.860
Aporte de capital	21.a	232.614	-	-	232.614
Opções de ações outorgadas reconhecidas	21.d	-	520	-	520
Prejuízo do exercício		-	-	(105.786)	(105.786)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		268.614	1.156	(115.562)	154.208
Aporte de capital	21.a	202.000	-	-	202.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas	21.d	-	328	-	328
Prejuízo do exercício		-	-	(311.028)	(311.028)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		470.614	1.484	(426.590)	45.508

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ecoporto Santos S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido	(311.028)	(105.786)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	20.821	21.626
Baixa/perda do ativo imobilizado e do intangível	171	6.226
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	10.925	2.577
Atualização monetária de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	2.035	11.340
Levantamento de depósitos judiciais	1.002	708
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	193	(9.380)
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	50.216	112.463
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	(1.640)	545
Tributos diferidos	200.107	(50.124)
Receita financeira de títulos e valores mobiliários	(44)	(50)
Plano de opções com base em ações	328	520
Obrigações com Poder Concedente	10.823	16.424
Juros sobre mútuo	4.962	13.604
Provisão para imposto de renda e contribuição social	12	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	3.451	20.198
Almoxarifado	421	885
Tributos a recuperar	211	1.777
Despesas antecipadas	(11.422)	(2.398)
Depósitos judiciais	(1.135)	(2.561)
Ativo financeiro CODESP	629	490
Outras contas a receber	3.198	6.684
Partes relacionadas	149	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(7.070)	(2.806)
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.254)	(7.318)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(946)	(1.558)
Partes relacionadas - fornecedores	1.066	587
Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	(4.799)	(4.069)
Outras contas a pagar	(2.669)	(4.320)
Imposto de renda e contribuição social	(12)	-
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais	(31.299)	26.284
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(3.214)	(91.563)
Aquisição de intangível	(1.744)	(2.188)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(4.958)	(93.751)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Títulos e valores mobiliários	-	11
Aporte de Capital pelo controlador	202.000	232.614
Pagamentos de obrigações com poder concedente	(10.315)	(17.247)
Partes relacionadas - mútuo	(766)	(16.211)
Captação de empréstimos - terceiros	4.342	43.425
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	(94.845)	(101.186)
Juros pagos	(76.304)	(78.507)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	24.112	62.899
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(12.145)	(4.568)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	13.256	17.824
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.111	13.256
Redução líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(12.145)	(4.568)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

Contexto operacional

A Ecoporto Santos S.A. (“Ecoporto Santos” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. A Companhia está sediada na Av. Eng. Antonio Alves Freire, s/n, Cais do Saboo, Santos, no Estado de São Paulo.

Em 12 de junho de 1998 foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, que prevê investimentos mínimos da Companhia na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres em uma área total de 170.000 m². Atualmente a Companhia possui uma área de 136.444 m², restando uma área de aproximadamente 33.500 m² que será fornecida pelo Poder Concedente, que ainda está em negociação. O referido contrato também previa que a CODESP efetuará o ressarcimento à Companhia da parte que corresponde às obras de infraestrutura que compõem o “Sítio Padrão” do Porto de Santos.

Em junho de 2014 foi realizado o acordo com a CODESP e a Companhia registrou tal reembolso, que será pago trimestralmente até 2023. Em 31 de dezembro de 2016, esse saldo é de R\$9.111 (R\$9.740 em 31 de dezembro de 2015), sendo R\$789 registrado na rubrica “Ativo financeiro - CODESP” no ativo circulante e R\$8.322 no ativo não circulante.

O Ato Declaratório nº 60 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 15 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União, de 20 de julho de 2010, ratificou a nomeação do Pátio 1 como recinto alfandegado, para operar como instalação portuária de uso público sob a jurisdição da Alfândega do Porto de Santos, no Estado de São Paulo. A operação como recinto alfandegado foi iniciada em outubro de 2000, após a conclusão das obras necessárias ao desempenho dessa atividade.

O Ato Declaratório nº 31 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 7 de abril de 2004, publicado no Diário Oficial da União, de 14 de abril de 2004, designou o Pátio 2 como recinto alfandegado, nas mesmas condições do Pátio 1. A operação do Pátio 2 foi iniciada no mesmo mês.

O Ato Declaratório nº 72 da Secretaria da Receita Federal da 8ª Região Fiscal, de 4 de agosto de 2008, publicado no Diário Oficial da União, de 5 de agosto de 2008, ratificou a nomeação do Pátio 3 como recinto alfandegado, nas mesmas condições dos Pátios 1 e 2. A operação do Pátio 3 foi iniciada em julho de 2005.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais--Continuação

Contexto operacional--Continuação

Atualmente a continuidade das atividades operacionais da Companhia depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, os quais estão sendo viabilizados pela Administração da Companhia via captação com controlador e/ou terceiros. A Companhia conta com fiança prestada pela controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. sobre as dívidas de empréstimos, financiamento e debêntures (vide notas explicativas nº 15 e 16). As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas no pressuposto da continuidade dos investimentos necessários para manutenção de suas operações.

Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 3 de março de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico na qual a Companhia atua ("moeda funcional").

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de empréstimos e financiamentos

Os contratos de empréstimos e financiamentos emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Até 31 de dezembro de 2016 não houve indenizações relevantes.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Normas, alterações e interpretações de normas

- (i) As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IFRS 10 e IAS 28 Joint Venture	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo de divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo de esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo de esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamentos

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Provisões: as provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.
- Reconhecimento de receita de portos: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração os 12 (doze) últimos meses de faturamento, multiplicados pela volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais.
- Reconhecimento de receita armazenada: A Companhia estima e registra as receitas seguindo o período de competência; porém estas estimativas levam em consideração uma volumetria média (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração e são pautadas em dados históricos ou contratuais.
- Transações com partes relacionadas: A Companhia realiza transações com partes relacionadas com natureza diversas. As transações, saldos e condições contratuais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa nº 17.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis.

Obrigações com Poder Concedente

As obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas a taxas da Companhia à Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 18.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Principais uso de estimativas e julgamentos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece valores relativos a imposto de renda e contribuição social sobre (i) prejuízos fiscais e bases negativas; acumuladas e (ii) diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis.

A Companhia fundamenta a recuperabilidade do imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais com base em projeções de resultados tributáveis futuros para os próximos 10 anos, descontados a valor presente. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados nas Notas Explicativas nº 5 e 13.

5. Impairment sobre tributos diferidos ativos

	Valor contábil na data de avaliação – 30/06/2016	Valor recuperável	Ajuste de Impairment no resultado do exercício de 2016
]Tributos diferidos (*)	450.699	213.039	237.660
Total	450.699	213.039	237.660

Desde o início de 2015, evidenciou-se queda dos volumes de negócios no segmento portuário, decorrentes da retração da economia que impactam diretamente as atividades da Companhia. Em 31 de dezembro de 2015 a deterioração ainda não requeria ajuste. Em 2016, em função da continuada queda dos volumes e preços e da não confirmação de um novo armador e considerando as projeções para os próximos exercícios, em 30 de junho de 2016, a Companhia reconheceu *impairment* no montante de R\$237.660. Vide detalhes na nota explicativa nº 13.

(*) Os créditos fiscais decorrentes de: a) prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social; e b) ágio por incorporação reversa, foram registrados com base na expectativa fundamentada de geração de lucros tributáveis futuros, observadas as limitações legais. As projeções de lucros tributáveis futuros foram preparadas com base na revisão do plano de negócios da Companhia. A Companhia irá manter fiscalmente os valores para futura utilização.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	104	127
Aplicações financeiras		
Fundo de investimentos (a)	119	7.184
Aplicações compromissadas (b)	500	4.920
Aplicações Automáticas - Compromissadas (c)	388	1.025
	<u>1.111</u>	<u>13.256</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de Dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Público.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 01 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Serviços prestados		
Nacional	9.487	12.656
Internacional	-	282
	9.487	12.938
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa – PECLD (a)	(682)	(2.322)
	8.805	10.616

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida e estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	8.141	10.150
Vencidos:		
Até 30 dias	444	407
De 31 a 60 dias	99	56
De 61 a 90 dias	48	-
De 91 a 120 dias	73	3
Acima de 120 dias	682	2.322
	9.487	12.938

Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	2.322	1.777
Constituição de PECLD no exercício	172	1.594
Valores recuperados no exercício	(1.812)	(1.049)
	682	2.322

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Imposto retido na fonte - IRRF	267	344
Cofins a recuperar s/insumos	91	-
ISSQN	54	294
Outros	16	1
Total	<u>428</u>	<u>639</u>

9. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2016 é de R\$13.830 (R\$2.408 em 31 de dezembro de 2015) e refere-se a principalmente:

- (i) Agenciamento marítimo: serviço de direcionamento, por meio de terceiros, de todos os NVOCCs (Non Venel Operating Common Carrier) do Gupo Allcargo, na contratação da Companhia para serviços de armazenagem alfandegada e correlatos no Brasil;
- (ii) Prêmios de seguros a apropriar (detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº 27).

10. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	79.943	68.710
Adições	1.135	2.561
Baixas	(1.002)	(708)
Atualização monetária	(193)	9.380
Saldo no fim do exercício	<u>79.883</u>	<u>79.943</u>

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicáveis. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias ponderadas de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	13,6	6.374	603	-	-	6.977	(3.822)	(905)	-	(4.727)	2.250	2.552
Máquinas e equipamentos	10,0	20.034	1.264	(553)	-	20.745	(3.982)	(2.006)	138	(5.850)	14.895	16.052
Móveis e utensílios	9,2	4.637	111	-	-	4.748	(1.964)	(432)	-	(2.396)	2.352	2.673
Obras em andamento	-	24.551	21.303	-	(9.384)	36.470	-	-	-	-	36.470	24.551
Benfeitorias	2,5	192.463	1.290	-	1.515	195.268	(38.463)	(4.848)	-	(43.311)	151.957	154.000
Guindastes portuários	5,1	86.169	24.342	(4.161)	94.483	200.833	(48.241)	(9.581)	4.125	(53.697)	147.136	37.928
Veículos	20,0	2.057	-	-	-	2.057	(179)	(412)	-	(591)	1.466	1.878
Instalações	-	-	23	-	-	23	-	-	-	-	23	-
Adiantamento a fornecedores	-	54.785	42.627	(5.725)	(91.687)	-	-	-	-	-	-	54.785
Outros	-	5.046	-	(50)	-	4.996	-	-	-	-	4.996	5.046
		<u>396.116</u>	<u>91.563</u>	<u>(10.489)</u>	<u>(5.073)</u>	<u>472.117</u>	<u>(96.651)</u>	<u>(18.184)</u>	<u>4.263</u>	<u>(110.572)</u>	<u>361.545</u>	<u>299.465</u>

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias ponderadas de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	12,1	6.977	391	(2)	(25)	7.341	(4.727)	(868)	2	(5.593)	1.748	2.250
Máquinas e equipamentos	7,4	20.745	25	-	25	20.795	(5.850)	(1.544)	-	(7.394)	13.401	14.895
Móveis e utensílios	9,1	4.748	-	(23)	-	4.725	(2.396)	(429)	22	(2.803)	1.922	2.352
Obras em andamento	-	36.470	708	-	-	37.178	-	-	-	-	37.178	36.470
Benfeitorias	2,5	195.268	1.324	-	-	196.592	(43.311)	(4.897)	-	(48.208)	148.384	151.957
Guindastes portuários	4,3	200.833	507	(321)	-	201.019	(53.697)	(8.548)	309	(61.936)	139.083	147.136
Veículos	6,2	2.057	47	-	-	2.104	(591)	(128)	-	(719)	1.385	1.466
Instalações	7,8	23	212	-	-	235	-	(10)	-	(10)	225	23
Outros	-	4.996	-	(158)	-	4.838	-	-	-	-	4.838	4.996
		472.117	3.214	(504)	-	474.827	(110.572)	(16.424)	333	(126.663)	348.164	361.545

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos.

Ao final de cada exercício, a Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

	Taxas médias de amortização %	Custos			Amortização			Residual		
		SalDOS em 31/12/2014	Adições	Transferências	SalDOS em 31/12/2015	SalDOS em 31/12/2014	Adições	SalDOS em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Softwares	18,5	12.433	2.188	5.073	19.694	(4.818)	(3.442)	(8.260)	11.434	7.615
Outros	-	4	-	-	4	(3)	-	(3)	1	1
		12.437	2.188	5.073	19.698	(4.821)	(3.442)	(8.263)	11.435	7.616

	Taxas médias de amortização %	Custos			Amortização			Residual		
		SalDOS em 31/12/2015	Adições	Baixas	SalDOS em 31/12/2016	SalDOS em 31/12/2015	Adições	SalDOS em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Softwares	21,4	19.694	1.744	-	21.438	(8.260)	(4.397)	(12.657)	8.781	11.434
Outros	-	4	-	-	4	(3)	-	(3)	1	1
		19.698	1.744	-	21.442	(8.263)	(4.397)	(12.660)	8.782	11.435

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

a) *Tributos diferidos*

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial				Resultado	
	31/12/2015	Impairment (i)	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	29.399	-	3.337	(562)	32.174	2.775
Depreciação societária	(8.976)	-	(415)	884	(8.507)	469
Variação cambial	7.923	-	4.174	(12.097)	-	(7.923)
Provisão para PCLD	202	-	49	(206)	45	(157)
Prejuízo fiscal	136.104	(174.649)	77.663	-	39.118	(96.986)
Provisão para férias e encargos de diretores	453	-	105	(86)	472	19
Ágio sobre incorporação	265.059	(63.011)	-	(35.293)	166.755	(98.304)
Imposto de renda e contribuição social diferido - ativo/(passivo)	430.164	(237.660)	84.913	(47.360)	230.057	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido						(200.107)

(i) Vide Nota explicativa nº 5

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos--Continuação*

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes são realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	-	41.093
2018	-	41.093
2019	-	42.618
2020 a 2030	230.057	305.360
	230.057	430.164

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) *Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(110.909)	(155.910)
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	37.709	53.009
Despesas indedutíveis	(156)	(180)
Imposto de renda e contribuição social sobre adições e exclusões permanentes	(12)	(2.705)
Sub-total	37.541	50.124
Baixa de crédito tributário (i)	(237.660)	-
Despesa do imposto de renda e contribuição social	(200.119)	50.124
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	(12)	-
Crédito (despesa) do imposto de renda e da contribuição social diferidos	(200.107)	50.124
	(200.119)	50.124

(i) vide Nota Explicativa nº 5

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	516	611
COFINS	358	585
PIS	84	119
ISS na fonte	58	186
INSS na fonte	185	209
PIS/COFINS/CSLL na fonte	115	74
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	59	163
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	71	445
	<u>1.446</u>	<u>2.392</u>

15. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Finimp (a)	22/09/2016	Libor 6M + 4,6% a.a	-	565
Finimp (a)	25/04/2016	Libor 6M + 4,6% a.a	-	2.715
Finimp (a)	16/05/2017	Libor 6M + 0,3% a.a.	47	172
Finimp (b)	30/01/2023	Libor 6M + 2,0% a.a.	101.270	115.361
Finame (c)	15/06/2020	6% a.a.	6.508	8.305
			<u>107.825</u>	<u>127.118</u>
Circulante			103.122	5.409
Não circulante			4.703	121.709

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2017	-	19.138
2018	905	19.243
2019	1.096	19.423
2020	2.702	18.913
2021 a 2023	-	44.992
	<u>4.703</u>	<u>121.709</u>

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	127.118	62.695
Adição	4.342	43.425
Encargos financeiros	(15.288)	36.998
Pagamento de principal	(4.845)	(11.186)
Pagamento de juros	(3.502)	(4.814)
Saldo final	<u>107.825</u>	<u>127.118</u>

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

	<u>Instituição financeira</u>	<u>Índices financeiros exigidos</u>	<u>Garantias</u>
(a)	Santander	Sem exigência	Sem garantia
(b)	Banco Deutsche Bank AS	PL (-) Resultado do exercício > 20.000 Patrimônio líquido/Ativo Total > 20%	Aval Ecorodovias Infraestrutura
(c)	Itaú - Unibanco	Sem exigência	Sem garantia

A Companhia apresenta, a seguir, o demonstrativo dos cálculos dos índices financeiros em 31 de dezembro de 2016:

	<u>Exigido</u>	<u>Medido (*)</u>
PL (-) resultado do exercício	> 20.000	35.663 (**)
PL/ativo total	> 20%	8% (**)

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

(**) Devido ao não cumprimento dos covenants em 31 de dezembro de 2016, a Companhia está antecipando o vencimento da dívida no montante de R\$85.024 do passivo não circulante para o circulante.

16. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Principal	360.000	450.000
Remuneração (juros)	30.689	38.683
Custos com emissão de debêntures (*)	(1.266)	(1.962)
	<u>389.423</u>	<u>486.721</u>
Circulante	150.049	127.987
Não circulante	239.374	358.734

(*) Os custos com emissão são referentes todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Debêntures--Continuação

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	486.721	574.949
Pagamento de principal	(90.000)	(90.000)
Pagamentos de juros	(72.802)	(73.693)
Encargos financeiros	65.504	75.465
Saldo final	389.423	486.721

As principais características das debêntures emitidas são:

Descrição	Ecoporto Santos
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, sem a emissão de cautela, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	600 (série única)
Data de emissão	19/06/2012
Valor da emissão	R\$600.000
Valor nominal unitário na data de emissão	R\$1.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2016	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	Não atualizável
Remuneração (juros e correção)	CDI + 1,85% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário
Vencimento da remuneração (juros e correção)	Parcelas anuais (15/06/2013 a 15/06/2017)
Vencimento da amortização	Parcelas anuais (15/06/2014 a 16/06/2019)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco BBI S.A.
Local de pagamento	CETIP
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável
Agente fiduciário	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Garantias	Alienação Fiduciária de 100% das ações da Ecoporto Santos e Ecoporto Transportes - Fiança provisória da Ecorodovias Infraestrutura e Logística. Esta fiança somente poderá ser solicitada após a observância dos índices financeiros, e que após solicitação os debenturistas poderão deliberar, a seu exclusivo critério, pela liberação ou não da fiança.
Cláusulas de repactuação	Não há cláusulas de repactuação.
Classificação de risco	"brAA+" da Standard & Poors
Índices financeiros	A relação da dívida líquida e o lucro antes dos impostos, depreciação e amortização ("EBTIDA") dos últimos 12 meses, deve ser inferior: até 2015 a 4,5 pontos, em 2016 a 4,0 pontos, em 2017 a 3,5 e em 2018 a 3,0. E o ("EBITDA") dos últimos 12 meses pelas despesas líquidas deve ser inferior: até 2015 a 2,0 pontos, em 2016 a 2,25 pontos, em 2017 a 2,50 e 2018 a 3,0 pontos. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os índices não foram atingidos e a fiança prestada pela controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. continua em vigor.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Debêntures--Continuação

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2016			31/12/2015		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2017	-	-	-	120.000	(640)	119.360
2018	120.000	(464)	119.536	120.000	(464)	119.536
2019	120.000	(162)	119.838	120.000	(162)	119.838
	240.000	(626)	239.374	360.000	(1.266)	358.734

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - série única	15/06/2012	600.000	(4.267)	595.733	CDI+1,85% a.a.	11,89%a.a.

17. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, para serviços de transporte e remoção, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Balanco patrimonial	
		Ativo circulante	
		31/12/2016	31/12/2015
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Outras partes relacionadas	2	6
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	149	292
Termares Terminais Marítimos Especial. Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	2
		151	300

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

Companhia	Natureza	Passivo circulante	
		31/12/2016	31/12/2015
Ecopátio Cubatão Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	3	-
Anish Empreendimentos Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	3
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	12
Ecoporto Transporte Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	-	436
Elog Logística Sul Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	8
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	6
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Outras partes relacionadas	11.796	10.268
		11.799	10.733

Companhia	Natureza	Passivo não circulante	
		31/12/2016	31/12/2015
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g)	Controladora	30.564	27.324
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.(a)	Outras partes relacionadas	9.217	8.261
		39.781	35.585

Companhia	Natureza	Demonstração de resultado Custos/Despesas	
		31/12/2016	31/12/2015
Ecoporto Transportes Ltda. (b)	Outras partes relacionadas	2.649	-
Termares Terminais Marítimos Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	320	-
Ecopátio Cubatão Logística (e)	Outras partes relacionadas	24	-
		2.993	-

Companhia	Natureza	Demonstração de resultado Despesas administrativas	
		31/12/2016	31/12/2015
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Outras partes relacionadas	1.628	5.354
		1.628	5.354

Companhia	Natureza	Despesa Financeira	
		31/12/2016	31/12/2015
Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (g)	Controladora	3.812	13.604
Termares Terminais Marítimos Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	1.150	1.093
		4.962	14.697

Companhia	Natureza	Receita	
		31/12/2016	31/12/2015
Elog S.A. (f)	Outras partes relacionadas	730	-

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) A Companhia celebrou um contrato de mútuo com a parte relacionada Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda. O valor global firmado é de R\$7.984 em 31 de dezembro de 2016 o saldo em aberto é de R\$9.217 (R\$8.261 em 31 de dezembro de 2015). Os saldos em aberto a pagar tem vencimento findo em 22 de outubro de 2020, e incidem juros de 14,13% (um por cento) ao ano.
- (b) A parte relacionada Ecoporto Transporte Ltda. presta serviços de transportes e remoções para a Companhia, sendo o preço tabelado por unidade de transporte, variando entre R\$75,00 e R\$100,00 por carga. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Ecoporto Transporte faturou R\$2.649 para a Ecoporto Santos. Em 31 de agosto de 2016 a empresa Ecoporto Transporte Ltda foi incorporada na Termares.
- (c) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., controlada direta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$1.699, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo em aberto é de R\$11.796 e não estão sujeitos a encargos ou atualização monetária.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre as empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) A parte relacionada Ecopátio Cubatão Logística Ltda. prestou serviço de movimentação e vistoria de contêineres para a Companhia. Tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos ou atualização monetária.
- (f) A Companhia presta serviço de scanner de contêineres para a parte relacionada Elog S.A.
- (g) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuante controladora Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.. O mútuo será corrigido através de juros fixo de 14,14%a.a. com vencimento até outubro de 2017.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica " Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 em R\$2.552 (R\$3.100 em 31 de dezembro de 2015).

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Partes relacionadas--Continuação

A remuneração paga aos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	1.810	2.224
Gratificações	-	122
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 21.d)	328	520
Previdência privada	10	44
	<u>2.148</u>	<u>2.910</u>

18. Obrigações com Poder Concedente

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Taxas CODESP	891	383

Referem-se aos pagamentos de taxas a Companhia de Docas do Estado de São Paulo - CODESP a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de trânsito aduaneiro.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	383	1.206
Custo (vide Nota Explicativa nº 23)	10.823	16.424
Pagamento	(10.315)	(17.247)
Saldo final	<u>891</u>	<u>383</u>

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser a Secretaria de Portos da Presidência da República (SEP), recém incorporada pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. Até o presente momento, no que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na Portaria nº 349/2014 da SEP e a Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ, sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes.

O Ecoporto Santos requereu a prorrogação do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente. O plano de investimentos foi aprovado em caráter preliminar pelo Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil através da Portaria nº 702 de 8 de dezembro de 2016 e encaminhado à ANTAQ para análise e deliberação. Em face da legislação atualmente vigente, e da Portaria nº 702 do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da Resolução ANTAQ nº 3.220/2014 e da Portaria SEP nº 349/2014, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará.

Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104 (1ª Vara Federal da Subseção de Santos), ora em trâmite no TRF da 3ª Região, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em 2015, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos de apelação apresentados pela Companhia. Atualmente, o processo está suspenso por 180 dias. Após esse período de suspensão, há embargos de declaração a serem julgados pelo TRF da 3ª Região. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. A Administração da Companhia mantém sua expectativa de êxito no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Obrigações com Poder Concedente--Continuação

O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

19. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	192	179
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	255	436
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	178	226
IRRF a recolher	245	406
Provisão de férias	1.940	2.660
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	376	533
	3.186	4.440

20. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	65.661	9.839	2.035	77.535
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	802	1.775	-	2.577
(-) Pagamentos	(766)	(2.837)	(466)	(4.069)
(+) Atualização monetária	8.876	2.286	178	11.340
Saldos em 31 de dezembro de 2015	74.573	11.063	1.747	87.383
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	74.573	11.063	1.747	87.383
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	9.004	2.204	(283)	10.925
(-) Pagamentos	(133)	(4.469)	(197)	(4.799)
(+) Atualização monetária	78	1.667	290	2.035
Saldos em 31 de dezembro de 2016	83.522	10.465	1.557	95.544

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

20. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias--Continuação

Política contábil--Continuação

(a) Processos cíveis

A Companhia promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Para tanto, estão pendentes de julgamento recursos e medidas judiciais objetivando conceder à Companhia autorização para retomada da referida cobrança. Em 31 de dezembro de 2016, o valor contingenciado é de R\$72.025 (R\$73.111 em 31 de dezembro de 2015). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2016, R\$5.693 (R\$15.165 em 31 de dezembro de 2015), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam, em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$47.347 (R\$44.293 em 31 de dezembro de 2015), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde principalmente a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos. Em 31 de dezembro de 2016, o montante de R\$3.335 (R\$2.891 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social subscrito e integralizado é de R\$470.614 (R\$268.614 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor é representado por 593.628.832 ações sendo 576.828.832 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais (461.593.832 ações, sendo 444.793.832 ações ordinárias e 16.800.000 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2015). As integralizações ocorreram em 10 de junho de 2016 no valor de R\$189.000, através de 189.000.000 ações, 04 de agosto de 2016 no valor de R\$5.000, através de 5.000.000 ações, 11 de novembro de 2016 no valor de R\$5.000, através de 5.000.000 ações e em 13 de dezembro de 2016 no valor de R\$3.000 através de 3.000.000 ações.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

b) Reserva de lucros - legal e estatutária

Legal: constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Estatutária: o Estatuto da Companhia prevê a constituição de reserva de lucros de 5% para atendimento a encargos trabalhistas e previdenciários eventuais, e também de 5% para restituição de capital aos acionistas, sendo essa última limitada a 10% do capital social subscrito.

c) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Em uma transação liquidada com títulos patrimoniais em que o plano é modificado, a despesa mínima reconhecida em “despesas de pessoal” corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total do contrato de pagamentos liquidados com títulos patrimoniais.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar membros do Conselho de Administração, diretores da EcoRodovias Infraestrutura e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela Assembleia Geral da Companhia EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias disponibilizou 821.321 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	126.776	694.545
Preço de período - R\$ por ação	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2016 foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$328 (R\$520 em 31 de dezembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Patrimônio líquido--Continuação

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	4ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2012	-	-	-
Outorgadas	126.776	-	-
Exercidas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	126.776	-	126.776
Outorgadas	-	694.545	694.545
Em 31 de dezembro de 2014	126.776	694.545	821.321
Outorgadas	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	126.776	694.545	821.321
Canceladas	(126.776)	(421.818)	(548.594)
Em 31 de dezembro de 2016	-	272.727	272.727

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2017	14,92	68.181	3,16	216	11 meses
2018	14,92	68.184	2,10	143	23 meses
		136.365	2,63	359	

22. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Receita líquida--Continuação

Política contábil

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas portuária bruta	158.235	231.244
Impostos sobre receita - PIS, COFINS, ISS e ICMS	(19.291)	(23.061)
Receita líquida	138.944	<u>208.183</u>
Deduções		
Cofins	(11.940)	(13.177)
PIS	(2.596)	(2.864)
ISS	(4.755)	(7.020)
	(19.291)	<u>(23.061)</u>

23. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pessoal	42.556	80.656
Conservação e manutenção	3.888	7.061
Serviços de terceiros (*)	89.294	90.889
Seguros	1.780	2.970
Depreciação e amortização	20.821	21.626
Locação	7.694	11.594
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 18)	10.823	16.424
Outros custos e despesas operacionais	16.421	14.087
	193.277	<u>245.307</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	145.278	194.399
Despesas gerais e administrativas	47.999	50.908
	193.277	<u>245.307</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços portuários, serviços de transportes, consultorias e assessorias e outros.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.328	1.262
Varição cambial ativa sobre empréstimos	36.674	12.363
Atualização monetária ativa	984	9.533
Outras	1.304	153
	<u>40.290</u>	<u>23.311</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(64.808)	(74.398)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(696)	(1.067)
Varição cambial passiva sobre empréstimos	(16.720)	(33.064)
Juros sobre financiamentos	(4.666)	(3.934)
Juros sobre contrato de mútuo (vide Nota Explicativa nº 18)	(4.962)	(13.604)
Atualização obrigações fiscais	(4.517)	(10.356)
Outras	(713)	(6.852)
	<u>(97.082)</u>	<u>(143.275)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(56.792)</u>	<u>(119.964)</u>

25. Prejuízo por ação

a) Prejuízo básico

O prejuízo e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo básico por ação são as seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Prejuízo do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>(311.028)</u>	<u>(105.786)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do prejuízo básico por ação	<u>500.136</u>	<u>76.871</u>
Prejuízo básico	(0,62)	(1,38)

b) Prejuízo diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição com base no plano de opções de ações divulgada na Nota Explicativa nº 20.d), pois o plano é da controladora direta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

Os índices de endividamento são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (i)	498.139	614.222
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(1.111)	(13.256)
Dívida líquida	497.028	600.966
Patrimônio líquido (ii)	45.508	154.208
Índice de endividamento líquido	10,92	3,90

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16 e 18.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por CDB e fundos de investimentos, remunerados à taxa média ponderada de 90,6% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Considerações gerais--Continuação

- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: classificados como outros passivos financeiros, portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas n^{os} 15 e 16.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	104	104
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	8.805	8.805
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	1.735	1.735
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	6.099	6.099
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	107.825	107.825
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	389.423	389.423

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo nas datas dos balanços.

(iii) As debêntures e os empréstimos e financiamentos aproximam-se do valor justo na data do balanço.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

a) *Risco de mercado--Continuação*

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, referente aos contratos de financiamento de equipamentos (guindastes) em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp, são conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ecoporto Santos S.A. - US\$	32.216	31.647

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora direta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	CDI + 1,85% a.a.	196.935	147.580	128.953	-
Finame	6,00% a.a.	2.122	2.018	1.912	1.147
Finimp	VC + Libor 6M + 5,20% a.a.	49	-	-	-
Finimp	VC + Libor 6M + 2,00% a.a.	19.272	18.746	18.214	59.534

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo-se que o valor do passivo em aberto no fim do exercício esteve em aberto durante todo o exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e da variação cambial do dólar americano, principais indicadores das empréstimos e financiamentos e debêntures contratadas pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI (a)	46.741	35.056	23.371
Juros sobre debêntures	Alta do CDI (b)	67.502	74.667	81.747
Juros a incorrer		114.243	109.723	105.118

Ecoporto Santos S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Análise de sensibilidade--Continuação

Risco de mudança nas taxas de câmbio

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 31 de dezembro de 2016 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Empréstimos e financiamentos	Alta do US\$	3.575	4.895	6.386

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros e volatilidade de moeda estrangeira, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (Baixa CDI) (a)	10,25%	7,69%	5,13%
CDI (Alta CDI) (b)	10,25%	12,81%	15,38%
USD	3,4900	4,3625	5,2350
Libor 6M	1,3177	1,6471	2,0589

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

27. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações.

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
All Risk - responsabilidade civil	Dezembro de 2016 a dezembro de 2017	15.000
All Risk - operador portuário	Dezembro de 2016 a dezembro de 2017	185.000
Seguro garantia	Outubro de 2016 a outubro de 2017	1.565
Seguro garantia - judicial	Julho de 2016 a julho de 2017	6.589

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas

A Administração do Ecoporto Santos S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

O Ecoporto Santos S.A. foi constituído em 19 de novembro de 1997 com o propósito específico de explorar, por meio de arrendamento oneroso, uma área portuária situada na Região do Valongo, na Margem Direita do Porto de Santos, na qual foi implantado o Terminal para Contêineres da Margem Direita - TECONDI, com base na Concorrência nº 06/97 da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP. Em 12 de junho de 1998, foi assinado com a CODESP o contrato de arrendamento para exploração do terminal pelo prazo inicial de 25 anos, com investimentos mínimos na construção de um berço de atracação e implantação de instalações especializadas na movimentação e armazenagem de contêineres. As operações portuárias de cais podem ser feitas nos três berços de uso exclusivo e no berço público ao lado do terminal e armazenagem e movimentação de cargas de importação e exportação de contêineres sob controle aduaneiro de movimentação.

Por mais este ano, o Ecoporto Santos agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da Companhia, e aos clientes, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 158,2 milhões em 2016, redução de 31,6% em relação a 2015, devido à queda nas receitas da operação de cais e armazenagem impactadas pela concorrência com outros terminais e o arrefecimento da economia. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$19,3 milhões, 16,3% inferior quando comparado com o exercício anterior.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa n.º 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

MOVIMENTAÇÃO DE CONTÊINERES

A movimentação de contêineres na operação de cais apresentou redução de 99,7%, em 2016, comparado com 2015, totalizando 336 contêineres e foi impactada pela não operação de linha regular em 2016 e a operação de armazenagem apresentou redução de 25,0% em função de

menores volumes de cargas de importação e de armazenagens retidas no próprio terminal, ambas fortemente impactadas pelo arrefecimento da economia e concorrência acirrada.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada apresentou redução de 33,3% e totalizou R\$ 138,9 milhões. As deduções sobre a Receita Bruta atingiram R\$ 19,3 milhões em 2016.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram redução de 21,2% e totalizaram R\$ 193,3 milhões em 31 de dezembro de 2016. Desconsiderando a rubrica de depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 172,5 milhões, redução de 22,9%. Seguem abaixo as principais explicações:

Pessoal: R\$ 42,6 milhões em 2016, redução de 47,2%, devido a readequação da base de colaboradores,

Conservação e Manutenção: R\$ 3,9 milhões em 2016, 44,9% inferior a 2015, devido à queda na movimentação e investimentos em novos equipamentos que reduz a necessidade de manutenção em equipamentos;

Serviços de terceiros: R\$ 89,3 milhões em 2016, 1,8% inferior a 2015, devido a menores custos relacionados à movimentação operacional no terminal;

Seguros, Poder Concedente, e Locações: R\$ 20,3 milhões em 2016, 34,5% inferior a 2015, devido redução nas taxas da Codesp relacionado a queda na movimentação no terminal e na locação de imóveis;

Depreciação e Amortização: R\$ 20,8 milhões em 2016, 3,7% inferior a 2015;

Outros: R\$ 16,4 milhões em 2016, 16,6% superior a 2015, devido ao aumento de contingências cíveis e tributárias, parcialmente compensado pela redução de combustível, energia elétrica, telefonia e insumos.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa nº 23 da Demonstração Financeira da Companhia.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 56,8 milhões negativos em 2016, 52,7% inferior ao resultado de 2015. Esta redução foi em função da variação cambial sobre a dívida em moeda estrangeira e queda da SELIC.

PREJUÍZO

Em 2016, o Ecoporto Santos teve prejuízo apurado de R\$ 311,0 milhões. Desconsiderando o item não caixa e não recorrente referente a baixa do imposto diferido, o prejuízo foi de R\$73,4 milhões.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO CONSOLIDADO

O Ecoporto Santos encerrou o ano de 2016 com saldo de caixa e bancos e aplicações financeiras de R\$ 1,8 milhões. O endividamento financeiro bruto da Companhia (composto por

debêntures, empréstimos, financiamentos e credor pela concessão) atingiu R\$ 498,1 milhões em 31 de dezembro de 2016.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O Capex realizado pelo Ecoporto Santos totalizou R\$ 5,0 milhões em 2016.

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos, em 2016, são de R\$167,0 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.
